



Dossiê | Corpos, tempos, lugares na historiografia

Corpos, tempos, lugares das historiografias

Special Issue | Bodies, times, places in historiography

Bodies, times, places of historiographies

Maria da Glória de Oliveira ^a

mgloria@ufrj.br

<https://orcid.org/0000-0002-6041-4649> 

^a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História, Seropédica, RJ, Brasil.

Patrícia Santos Hansen ^b

patriciahansen@fcsh.unl.pt

<https://orcid.org/0000-0002-6915-7124> 

^b Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Centro de Humanidades, Lisboa, Portugal.



Resumo

As lutas por reconhecimento das identidades coletivas sempre produziram tensões no trabalho de historiadores, sinalizando as implicações éticas e políticas do pensamento histórico, o caráter situado das premissas epistemológicas das práticas acadêmicas e a condição social marcada nos sujeitos que fazem e escrevem história. Os artigos deste dossiê abordam, a partir de perspectivas diversas, as marcas de corporeidade implicadas na operação historiográfica, considerando a noção de corpo não apenas como condição da experiência e da escrita da história, mas como o traço mais tangível das diferenças e da situacionalidade temporal e espacial dos sujeitos epistêmicos e de suas possibilidades de negociação e pertencimento. O objetivo é a ampliação do debate numa abordagem cruzada e interseccional, de forma a contribuir para a problematização dos corpos, tempos e lugares da operação historiográfica e, mais amplamente, do campo disciplinar da história.

Palavras-chave

Epistemologia. Identidade. Teoria da história.

Abstract

Social fights for the acknowledgement of collective identities have always produced tensions in the work of historians, revealing the ethical and political dimensions of historical thought, the situated character of the epistemological principles and paradigms of the academic practices, and the marked social condition of the subjects who make and write history. The articles of this special issue address, from different standpoints, the marks of corporeality implicated in the historiographical operation, considering the body not only as a condition of the experience and writing of history, but as the most tangible trace of the positionality of the epistemic subjects and of their negotiation and belonging options. The aim is to broaden the debate in a cross and intersectional approach to contribute to the questioning of the bodies, times and places of the historiographical operation and, more broadly, of the disciplinary field of history.

Keywords

Epistemology. Identity. Theory of history.



Ô meu corpo, faça sempre de mim um homem que questiona!

(Franz Fanon, 2008).

O corpo é, talvez, o nome para nossa humildade conceitual

(Judith Butler, 2016).

As lutas por reconhecimento dos sujeitos subalternizados sempre produziram tensões nas Humanidades. No entanto, não deixa de ser paradoxal que, dentro das ciências humanas, marcadores das diferenças entre os corpos, como gênero, raça e etnia, funcionem como ferramentas conceituais predominantemente descritivas das subalternidades como efeito de lógicas sócio-históricas de exclusão, sem que isso provoque qualquer tipo de crise ética ou epistemológica mais radical (SILVA, 2022, p. 51). Há que se assinalar, no entanto, alguns tensionamentos importantes, provocados, por exemplo, pela crítica às condições gerais de produção do conhecimento científico moderno e pelo *cogito* cartesiano universal, que, formulado pelas teóricas feministas a partir dos anos 1980, desvelou os vieses sexistas, raciais e eurocêntricos dos paradigmas teórico-conceituais vigentes em diferentes campos disciplinares (ALCOFF; POTTER, 1993). Noções como a de racionalidade posicionada e epistemologia dos pontos de vista parciais (HARTSOCK, 1983; HARDING; HINTIKKA, 1983; COLLINS 2019), a ideia de ciência como conhecimento social (LONGINO 1993), as epistemologias feministas negra, latina e africana (HOOKS, 1991; ANZALDÚA, 1987; OYEWÙMÍ, 2018) e, mais recentemente, a proposta de uma ética-onto-epistemologia (BARAD, 2007), demarcam a amplitude e a complexidade dos dilemas abertos por esse legado crítico.

Salvo raras exceções, as contribuições das filósofas feministas foram, ao longo de décadas, recebidas com notória indiferença pelos teóricos da história. No entanto, constituem uma vigorosa e incontornável problematização do projeto de ciência moderna, sobretudo da ideia de razão incorpórea, masculina, branca, travestida de transparência e universalidade. Entre os momentos seminais desse debate, é relevante lembrar as proposições de Donna Haraway, que, há mais de três décadas, consolidou o conceito de saberes situados e corporificados, mediante o qual a política e a ética despontam como base para as disputas e consensos possíveis a respeito do que pode (ou não) adquirir estatuto de legitimidade como conhecimento racional (HARAWAY, 2009).

Igualmente decisiva na desestabilização da ideia de sujeito epistêmico transparente, atópico e desencarnado foi a inflexão provocada pela crítica à modernidade eurocêntrica, ao cânone epistêmico ocidental e às dinâmicas geopolíticas de produção do conhecimento, oriunda do



pensamento pós-colonial na segunda metade do século XX. Essa crítica desdobrou-se com maior impulso a partir do conhecido trabalho de Edward Said (1972), na circulação e recepção dos estudos subalternos (SPIVAK, 1988; CHAKRABARTY, 1992), do pensamento afrodiaspórico caribenho (CÉSAIRE 1950; FANON, 1968; WYNTER, 2003; GLISSANT, 2009) e no giro decolonial (DUSSEL, 1996; QUIJANO, 2007; LUGONES, 2010; MALDONADO-TORRES, 2006; MIGNOLO, 2020).

No horizonte de tais debates, hoje disseminados no cenário acadêmico global, não faltaram questionamentos incisivos ao campo historiográfico e, de modo pontual, à presunção de universalidade e privilégio epistêmico da razão histórica (SETH, 2013). O impasse que se instaura a partir da denúncia das matrizes eurocêntricas do conceito de história diz respeito às possibilidades de ultrapassagem do monopólio historicista na elaboração das experiências passadas de sujeitos não ocidentais (SANTOS; NICODEMO; PEREIRA, 2017; NICOLAZZI, 2019).

A problematização das dimensões políticas, ontológicas e epistêmicas do historicismo euro-androcêntrico deixa em aberto um conjunto de desafios relacionados à descolonização do conhecimento e à desconstrução dos cânones disciplinares. Nos contextos brasileiro e latino-americano mais recentes, tais problemas reverberam no reconhecimento e necessidade de debate em torno dos aspectos éticos e políticos da teoria da história e da historiografia (RANGEL, 2019) e das histórias indisciplinadas (ÁVILA, 2019) que, longe de evocar a tópica da “crise da história”, convidam ao escrutínio amplo das grades de ferro fundacionais da disciplina, ou seja, das condições de emergência daquilo que conta ou não como conhecimento autorizado por historiadores e historiadoras. Nessa direção, vale ressaltar o desenvolvimento de reflexões críticas em torno das políticas do tempo como “formas de autoridade” que “determinam o quê ou quem pertence ao presente” (MUDROVIC, 2018) e do cânone historiográfico como dispositivo de construção e reprodução de silenciamentos e apagamentos relacionados aos lugares epistêmicos (PEREIRA, 2018), às questões de gênero (OLIVEIRA, 2018; 2019) e de raça (ASSUNÇÃO; TRAPP, 2021), entre outras.

Sob o impacto das interpelações por reconhecimento que os sujeitos racializados e generificados dirigem à historiografia disciplinada, propusemos uma indagação em torno das marcas visíveis e invisíveis de corporeidade, implicadas na operação historiográfica. Sabemos que, para as teorias da história, assim como na tradição filosófica moderna ocidental, as variáveis de corporeidade que delimitam o *locus* de enunciação e o “corpo-político” dos sujeitos epistêmicos (GROSGUÉL, 2018) sempre foram considerados obstáculos à ambição de objetividade e cientificidade do conhecimento. O pressuposto de que padrões controlados de produção dos saberes fossem estabelecidos acima de atributos contingentes como raça, gênero, etnia, classe econômica, idade, sexualidade, territorialidade, deficiências e outros, esteve na base da configuração disciplinar dos saberes e, por conseguinte, da própria história como prática disciplinada.



Como toda e qualquer prática profissional, porém, a história não se constituiu fora das relações assimétricas da geopolítica da produção global do conhecimento, tampouco se forjou como campo disciplinar desprovido das determinações dos variados atributos corporificados de seus praticantes. Nossa memória disciplinar, porém, configurou-se em torno da figura masculina, branca e heterossexual de historiador, que, desde a invenção do gênero historiográfico entre os antigos até a profissionalização de suas práticas com os modernos, esteve sempre associada à corporificação de virtudes epistêmicas e competências cognitivas específicas (OHARA, 2016). O termo “exclusão epistêmica” serve precisamente para designar padrões ideais e regulatórios do funcionamento dos campos disciplinares baseados em estereótipos de gênero, de raça ou de classe social. Ou seja, em um mundo social estruturado pelo racismo, sexismo e outras formas de opressão, os membros da comunidade acadêmica internalizam, em graus variados, tais padrões excludentes, tomando-os como os verdadeiros protocolos de credibilidade na produção do conhecimento e, conseqüentemente, de autoridade, os quais avaliam os enunciados dos sujeitos a partir de critérios alheios aos saberes em questão, causando prejuízo epistêmico para as mais diversas áreas (DAUKAS, 2006, p. 114).

Embora Michel Foucault tenha definido o corpo como superfície de inscrição sobre a qual se evidencia “o estigma dos acontecimentos passados” (FOUCAULT, 1979, p. 22), a naturalização de pressupostos normativos disciplinares na historiografia tornou inevitavelmente suspeita a sua evocação como condição da experiência e da escrita da história. Não por acaso, em suas célebres postulações acerca do lugar epistêmico dos historiadores, Michel de Certeau enfatizou que toda pesquisa histórica está enraizada em uma particularidade porque permanece submetida a marcas indeléveis e leis silenciosas que organizam o trabalho de seus autores. Discorrendo sobre o sujeito historiador, deixa em aberto a indagação sem oferecer uma resposta direta, se “em decorrência da diferenciação entre os sexos [...] uma mulher produz uma outra historiografia que aquela do homem” (CERTEAU, 2011, p. 66).

Aparentando, por vezes, assumir um caráter essencialista que contradiz as próprias condições históricas de sua origem, as reivindicações de autoridade fundamentadas no que se popularizou como “lugar de fala” têm sido uma resposta frequente às exclusões que silenciam as vozes dos sujeitos/objetos das historiografias. Entretanto, sem que se promova uma suspensão do “método”, como diria Fanon, qualquer projeto de escrita da história pretensamente contra-hegemônico pode despontar no mesmo jogo de diferenças que se estabelece dentro dos saberes sobre esses “outros” do mundo ocidental – o selvagem, o passado, o povo, o louco, o terceiro mundo etc. –, sujeitos-objetos marcados, generificados e racializados das historiografias.

A efetividade do potencial crítico e epistemológico mais radical das escritas históricas “a contrapelo”, então, depende de considerar quais concepções de história e temporalidade histórica



prevalecem quando se toma por objeto sujeitos subalternizados, ainda que lhes atribuindo reconhecimento, visibilidade, agência ou mesmo protagonismo. No caso do Brasil, Lélia Gonzalez foi talvez quem melhor soube diagnosticar essa lógica paradoxal de dominação que, convertida em prática onto-epistemológica de domesticação, pretende “fazer falar” aquele a quem não se reconhece a fala própria (GONZALEZ, 2020, p. 77-78).

Na proposta deste dossiê, arriscamos uma hipótese para reflexão: assim como a categoria tempo foi reificada em nossa noção de passado, funcionando como o impensado da disciplina (CERTEAU, 2011, p. 67), a categoria corpo talvez permaneça sendo o espectro fantasmático, para usar a metáfora oportuna de Jacques Derrida (1994), nas escritas das histórias. E, nesse caso, não se trata apenas de considerar os corpos que, em toda a pluralidade de condicionamentos sociais, podem ser tomados como objetos das historiografias, mas do corpo que opera e performa como sujeito desencarnado do saber através de toda a extensão da operação historiográfica e, ao mesmo tempo, desfaz as suas marcas nessa operação e, sobretudo, na escrita.

Portanto, mais do que subsumir o corpo ao lugar social da representação historiográfica, a reflexão se desloca para a constatação da materialidade, a um só tempo, política, ontológica e epistêmica dos marcadores de corporeidade como mediações intransponíveis da inteligibilidade do mundo histórico. Decorre daí um entendimento de que as Humanidades podem e devem ser afetadas pelas demandas coletivas por reconhecimento, reparação e justiça de grupos historicamente subalternizados.¹ A essas demandas somam-se interpelações incisivas como a da ecologia decolonial de Malcom Ferdinand, na qual o corpo racializado e generificado se constitui como lugar de ancoragem não apenas das desigualdades históricas e sociais, mas também da própria degradação dos ecossistemas climáticos planetários. Diante da dupla fratura colonial e ambiental da modernidade, a tarefa que se impõe consiste em “tomar corpo no mundo”, ou seja, no enfrentamento das “relações materiais e imaginárias pelas quais nossos corpos são os portamarcas e os marcadores do mundo” (FERDINAND, 2022, p. 227) e, podemos acrescentar, das histórias e historiografias.

Corpos, tempos e lugares, categorias plurais em seus possíveis entrelaçamentos, funcionam como eixos de orientação na leitura dos artigos que integram este dossiê. Na abertura de “A mobilização das carnes: história, desejo e política ao rés dos corpos”, Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2023) oferece uma reflexão densa acerca da potência do corpo do historiador como “um instrumento de passagem dos afetos, forças e intensidades” que habitam os vestígios

¹ Importantes ações nesse sentido foram as concessões pela UFRJ em 2021 e pela UFF em 2022, do título de Doutora Honoris Causa *in memoriam* à historiadora Maria Beatriz Nascimento, cuja carreira, além de marcada pelo racismo, foi interrompida pelo feminicídio.



históricos, assinalando a “capacidade de afetar que cada uma dessas presenças do passado, suas possibilidades de fazer efeito e de mobilizar as pessoas no tempo presente”.

O artigo de Ana Carolina Barbosa Pereira (2023), “Redimensionando: uma forma de ‘leitura crítica’ aplicada à *Historik* de Jörn Rüsen”, propõe questões fecundas a serem enfrentadas, partindo da discussão em torno da condição de subalternidade dos intelectuais do Sul Global para explorar a ideia de corpo e de incorporação como metáforas da alimentação e da antropofagia, além das noções de leitura crítica como influxo/refluxo de ideias e de “bulimia ideológica”, de Eduardo Viveiros de Castro. O sofisticado exercício teórico da autora resulta na proposição do acréscimo de uma dimensão meta-epistêmica às dimensões que estruturam o quadro proposto por Rüsen. Como dimensão anterior à própria dimensão pragmática, isso implicaria “a abertura da teoria da História para uma multiplicidade de *epistemai* responsáveis por projetar um cenário igualmente diverso de dimensões pragmáticas e, a partir delas, de científicas, de tópicas e didáticas”.

Tal proposta está afinada a uma estratégia epistemologicamente inovadora, destacada no artigo “Sem nomes e sem histórias, mas amados: a escrita da história da escravidão em *Perder a mãe*, de Saidiya Hartman” (2023). Fernanda Silva e Sousa destaca aspectos da obra da autora estadunidense, situando-a não apenas no âmbito da nova história social da escravidão e do debate em torno do caráter narrativo e ficcional da história, mas explora também um diálogo profícuo com o romance *Amada*, de Toni Morrison, como recurso de análise.

Aspecto pouco abordado na história da historiografia, o papel do gênero e das performances corporais na construção da identidade historiadora é o objeto da análise de Laura Jamal Caixeta (2023). No artigo “Corpos e gênero na história da historiografia: as possibilidades do ‘ser historiador’ através das memórias, de Alice Canabrava”, a autora explora os modos como signos e marcas visíveis de um tipo ideal de historiador regulam os processos de reconhecimento na medida em que prescrevem certas performances relacionadas aos gêneros na conformação das identidades historiadoras.

As formas de percepção do corpo e das suas expressões na construção das identidades sociais é tema do artigo “Lima Barreto e a política dos sentidos em *Numa e a Ninfa*: um estudo da expressividade do corpo”. Thiago Venícius de Sousa (2023) identifica no “teatro de emoções e gestualidades” das personagens barretianas, uma “política dos sentidos” e a corporeidade do espaço-tempo da Primeira República, no Rio de Janeiro.

No artigo “Raça, corporeidade e subjetividade em Beatriz Nascimento e Eduardo de Oliveira e Oliveira”, Rafael Petry Trapp explora os modos como a corporeidade racializada do/a pesquisador/a incidem não apenas na conformação de subjetividades, mas funcionam como injunções metodológicas, epistêmicas e políticas na produção dos discursos sociológico e



historiográfico. Desse modo, as contribuições de Nascimento e de Oliveira e Oliveira demarcam o “lugar epistêmico do sujeito – e do grupo – racial negro como portador histórico de uma agência cognoscente diversificada e pulsante”.

Ainda sobre as relações entre corpos e epistemologias, Cláudia de Oliveira e Paula Guerra (2023) recorrem às premissas epistemológicas do ecofeminismo para refletir sobre o videoperformance *Amuamas*, de Juliana Notari. No artigo “Seguimos numa busca incessante por um lugar na história: *Amuamas*, Juliana Notari e ecofeminismo”, as autoras inscrevem sua investigação sobre a artista e a obra em uma história da arte feminista que denuncia narrativas tradicionais excludentes e as “relações de opressão baseadas na colonialidade heterossexual do poder e na ocultação de histórias de violência contra os Outros”.

Investigando as relações entre estética e epistemologia, no artigo “Tempo e História na *aesthesis* decolonial fílmica Mbyá-Guarani”, Luisa Tombini Wittmann (2023) analisa dois filmes do Coletivo Mbyá-Guarani de Cinema, com foco nas concepções de tempo e de história nessas produções. A autora demonstra como essas narrativas não apenas procuram combater discursos eurocentrados e racistas, mas criam formas próprias de contar histórias, ancoradas nas relações entre corpo, território e temporalidade.

Na mesma direção, as reflexões de Silvia Rivera Cusicanqui sobre decolonialidade, linguagem e epistemologia são tema do artigo de Liz Andréa Dalfré (2023). A autora analisa de que modo a socióloga aimará identifica o potencial teórico das imagens da crônica *Primer nueva corónica y buen gobierno*, de 1615, de Felipe Guamán Poma de Ayala, para a elaboração de conceitos e chaves de leitura da história andina colonial e contemporânea.

Problema central para analisar as assimetrias entre epistemologias hegemônicas e contra-hegemônicas, a circulação de projetos intelectuais comprometidos com movimentos anticoloniais e/ou ideais panafricanistas é abordada no artigo “Mensagem, Présence Africaine, Black Orpheus: African epistemes, international networks and the renovation of the literary environment (1960’s)”, de Noemi Alfieri (2023). A autora investiga as conexões e redes internacionais estabelecidas pelas revistas, os modos como disseminaram uma outra concepção de arte e reivindicaram a dignidade de epistemologias africanas como as veiculadas na tradição oral e nas artes visuais.

Em conjunto, os artigos deste dossiê remetem ao que Joan Scott chamou de “políticas da história” como operações implícitas de poder que, raramente reconhecidas pelos praticantes da disciplina, permanecem subjacentes aos “sistemas de crença hegemônicos” e “ortodoxias disciplinares” (SCOTT, 2022). A essas operações políticas da história disciplinada, somam-se outras que, comuns às demais áreas do conhecimento, afetam de forma singular cada uma delas, por meio da sua institucionalização para fins de ensino e pesquisa, dos modos de financiamento e



das percepções sociais acerca do seu valor, cada vez mais subordinado ao valor de mercado dos bens materiais ou imateriais produzidos por seus agentes. A mediação dessas diferentes injunções de poderes e saberes situa-se em práticas discursivas e performáticas, mas também no corpo e nas identidades dos historiadores e historiadoras, de forma mais evidente naquilo que Linda Alcoff referiu como “identidades visíveis” em sua posicionalidade (ALCOFF, 2006). Nunca faltaram exemplos de historiadores e historiadoras que exploraram as possibilidades de mobilização do próprio corpo e identidade para a historiografia. Contudo, apesar da boa recepção desses trabalhos dentro e fora da academia, ainda são poucos os que podem e arriscam se desviar das regras disciplinares hegemônicas. As possibilidades de “indisciplina”, seja em relação aos protocolos metodológicos e discursivos, seja confrontando hierarquias diante de formas múltiplas de violência, dependem, muitas vezes, das posições variáveis de estabilidade no campo e de redes de apoio mútuo, situações cada vez mais escassas em meio ao acelerado processo de precarização das condições do trabalho acadêmico nas últimas décadas.

Referências

- ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz de. A mobilização das carnes: história, desejo e política ao rés dos corpos. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 16, n. 41, 2023. DOI: 10.15848/hh.v16i41.2005
- ALCOFF, Linda M. **Visible Identities: race, gender, and the self**. New York: Oxford University Press, 2006.
- ALCOFF, Linda M.; POTTER, Elizabeth (ed.). **Feminist epistemologies**. New York: Routledge, 1993.
- ALFIERI, Noemi. Mensagem, Présence Africaine, Black Orpheus: epistemologias africanas, redes internacionais e a renovação do panorama literário (anos 60). **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 16, n. 41, 2023. DOI: 10.15848/hh.v16i41.2006
- ANZALDÚA, Gloria. **Borderlands, La Frontera: the new mestiza**. San Francisco: Aunt Lute Books, 1987.
- ASSUNÇÃO, Marcelo F. M. de; TRAPP, Rafael P. É possível indisciplinar o cânone da história da historiografia brasileira? Pensamento afrodiaspórico e (re)escrita da história em Beatriz Nascimento e Clóvis Moura. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 41, n. 88, p. 229-252, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-93472021v41n88-12>. Acesso em: 8 jan. 2023.
- ÁVILA, A. L. de. O que significa indisciplinar a história? In: ÁVILA, A. L. de.; NICOLAZZI, F.; TURIN, R. **A História (in) disciplinada: teoria, ensino e difusão do conhecimento**. Vitória: Milfontes, 2019. p. 19-51.
- BARAD, Karen. **Meeting the universe halfway: quantum physics and the entanglement of matter and meaning**. Durham: Duke University Press, 2007.
- BUTLER, Judith. Corpos que ainda importam. In: COLLING, Leandro (org.). **Dissidências sexuais e de gênero**. Salvador: EdUFBA, 2016. p. 14-33. *E-book*. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/30169>. Acesso em 3 jan 2023.
- CAIXETA, Laura Jamal. Corpos e gênero na história da historiografia: as possibilidades do “ser historiador” através das memórias de Alice Canabrava. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 16, n. 41, 2023. DOI: 10.15848/hh.v16i41.2001
- CERTEAU, Michel de. A história, ciência e ficção. In: CERTEAU, Michel de. **História e psicanálise: entre ciência e ficção**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 45-70.
- COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Tradução Jamille P. Dias. São Paulo: Boitempo, 2019 [1990].



- COSTA, Thiago Venícius de Sousa. Lima Barreto e a política dos sentidos em Numa e a Ninfa: um estudo da expressividade do corpo. **História da Historiografia**: International Journal of Theory and History of Historiography, Ouro Preto, v. 16, n. 41, 2023. DOI: 10.15848/hh.v16i41.1985
- DALFRÉ, Liz Andréa. Mundo ao Revés: Silvia Rivera Cusicanqui e a criação de uma episteme visual para a América Andina. **História da Historiografia**: International Journal of Theory and History of Historiography, Ouro Preto, v. 16, n. 41, 2023. DOI: 10.15848/hh.v16i41.1987
- DAUKAS, Nancy. Epistemic trust and social location. **Episteme**, Cambridge, v. 3, issue 1-2, p. 109-124, June 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.3366/epi.2006.3.1-2.109>. Acesso em: 8 jan.2023.
- DERRIDA, Jacques. **Espectros de Marx**. Tradução Anamaria Skinner. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- DUSSEL, Enrique. Meditações anti-cartesianas sobre a origem do anti-discurso filosófico da modernidade. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. 2ª. ed. Coimbra: Edições Almedina, 2018. p. 307-358.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008 [1952].
- FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Tradução de José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- FERDINAND, Malcom. **Uma ecologia decolonial**: pensar a partir do mundo caribenho. Tradução Letícia Mei. São Paulo: Ubu Editora, 2022.
- FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 16ª. ed. Tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p. 15-37.
- GLISSANT, Édouard. **Poética da relação**. Tradução Marcela Vieira e Eduardo Jorge de Oliveira. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021 [2009].
- GONZÁLEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (org.). **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções, diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020 [1984]. p. 75-93.
- HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, p. 7- 41, 2009 [1986]. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 8 jan. 2023.
- HARDING, Sandra; HINTIKKA, Merrill B. (ed.). **Discovering Reality**: Feminist Perspectives on Epistemology, Metaphysics, Methodology, and Philosophy of Science. Synthese Library, v. 161, Springer Netherlands, 1983.
- HARTSOCK, Nancy C. M. The Feminist Standpoint: Developing the Ground for a Specifically Feminist Historical Materialism. In: HARDING, Sandra; HINTIKKA, Merrill B. (ed.). **Discovering Reality**: Feminist Perspectives on Epistemology, Metaphysics, Methodology, and Philosophy of Science. Synthese Library, v. 161, Springer Netherlands, 1983. p. 283-310.
- HOOKS, bell. Black women intellectual. In: HOOKS, bell; WEST, Cornel (ed.). **Breaking bread**: insurgent black intellectual life. Boston: South End Press, 1991. p. 147-164.
- LONGINO, Helen E. Subjects, power, and knowledge: description and prescription in Feminist Philosophies of Science. In: ALCOFF, Linda; POTTER, Elizabeth (ed.). **Feminist epistemologies**. New York: Routledge, 1993. p. 101-120.
- LUGONES, María. Toward a decolonial feminism. **Hypatia**, Cambridge, v. 26, n. 4, p. 742-759, 2010. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/40928654>. Acesso em: 8 jan. 2023.
- MALDONADO-TORRES, Nelson. Pensamento crítico desde a subalternidade: os estudos étnicos como ciências descoloniais ou para a transformação das humanidades e das ciências sociais no século XXI. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 34, p. 105-129, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21114>. Acesso em: 29 nov. 2022.
- MIGNOLO, Walter. **Histórias locais, projetos globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento limiar. Tradução Solange R. de Oliveira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2020 [2000].
- MUDROVICIC, María Inés. Políticas del tiempo, políticas de la historia: ¿quiénes son mis contemporáneos? **ArtCultura**, Uberlândia, v. 20, n. 36, p. 7-14, 2018. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/45584/24386>. Acesso em: 28 jan. 2023.
- NICOLAZZI, Fernando. Culturas de passado e eurocentrismo: o périplo de tláloc. In: ÁVILA, A. L. de.; NICOLAZZI, F.; TURIN, R. **A História (in) disciplinada**: teoria, ensino e difusão do conhecimento. Vitória: Milfontes, 2019. p. 211-243.



OHARA, J. R. M. Virtudes Epistêmicas na Prática do Historiador: o caso da sensibilidade histórica na historiografia brasileira (1980-1990). **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 9, n. 22, 2017. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1107>. Acesso em: 8 jan. 2023.

OLIVEIRA, Cláudia de; GUERRA, Paula. Seguimos numa busca incessante por um lugar na história: Amuamas, Juliana Notari e ecofeminismo. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 16, n. 41, 2023. DOI: 10.15848/hh.v16i41.1991

OLIVEIRA, M. da G. de. Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais à História da historiografia. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 11, n. 28, 2018. p. 104-140. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1414>. Acesso em: 8 jan. 2023.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. A história disciplinada e seus outros: reflexões sobre as (in)utilidades de uma categoria. In: AVILA, Arthur de L.; NICOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo (org.). **A história (in)disciplinada: teoria, ensino e difusão do conhecimento histórico**. Vitória: Milfontes, 2019. p. 27-39.

OYEWÛMÍ, Oyènrónké. Conceitualizando gênero: a fundação eurocêntrica de conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGUÉL, Ramon (org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018 [1997]. p. 171-182.

PEREIRA, A. C. B. Precisamos falar sobre o lugar epistêmico na Teoria da História. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 24, p. 88-114, 2018. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180310242018088>. Acesso em: 8 jan. 2023.

PEREIRA, Ana Carolina Barbosa. Redimensionando: uma forma de "leitura crítica" aplicada à Historik de Jörn Rüsen. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 16, n. 41, 2023. DOI: 10.15848/hh.v16i41.2000

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y clasificación social. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGUÉL, Ramón (ed.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007. p.93-126 .

RANGEL, Marcelo. A urgência do ético: o giro ético-político na teoria da história e na história da historiografia. **Ponta de Lança**, São Cristóvão, v. 13, n. 25, p. 27-46, 2019. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/pontadelanca/article/view/12619> . Acesso em: 27 jan. 2023.

SANTOS, Pedro A.; NICODEMO, Thiago L.; PEREIRA, Mateus H. de F. Historiografias periféricas em perspectiva global ou transnacional: o eurocentrismo em questão. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 60, p. 161-186, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/tJs7wp9kzqGQn4Q4YqkW3WB/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 8 jan. 2023.

SCOTT, Joan W. History is always about politics. **The Chronicle of higher education**. Washington, August, 24, 2022. Disponível em: https://www.chronicle.com/article/history-is-always-about-politics?cid=gen_sign_in. Acesso em: 20 dez. 2022.

SETH, S. Razão ou Raciocínio? Clio ou Shiva?. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 6, n. 11, p. 173-189, 2013. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/554>. Acesso em: 8 jan. 2023.

SILVA, Denise Ferreira da. **Homo modernus: para uma ideia global de raça**. Tradução de Jess Oliveira e Pedro Daher. Rio de Janeiro: Cobogó, 2022.

SOUSA, Fernanda Silva e. Sem nomes e sem histórias, mas amados: a escrita da história da escravidão em Perder a mãe, de Saidiya Hartman. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 16, n. 41, 2023. DOI: 10.15848/hh.v16i41.1997

TRAPP, Rafael Petry. Raça, corporeidade e subjetividade em Beatriz Nascimento e Eduardo de Oliveira e Oliveira. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 16, n. 41, 2023. DOI: 10.15848/hh.v16i41.1992

WITTMANN, Luisa Tombini. Tempo e História na aethesis decolonial fílmica Mbyá-Guarani. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 16, n. 41, 2023. DOI: 10.15848/hh.v16i41.1998

WYNTER, Sylvia. Unsettling the coloniality of being/power/truth/freedom: towards the Human, after Man, its overrepresentation - an argument. **CR: The New Centennial Review**, Michigan State University, v. 3, n. 3, p. 257-337, 2003. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/41949874>. Acesso em: 8 jan. 2023.



Informações adicionais

Biografia profissional

Maria da Glória de Oliveira é professora associada de Teoria da História, do Departamento de História/Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e professora do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em História (PPHR/UFRRJ) e do Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória/UFRRJ). Possui graduação e mestrado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), doutorado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com a tese "A biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista", vencedora do Prêmio ANPUH-RJ, com publicação pela Editoras FGV/EDUR.

Patrícia Santos Hansen é investigadora principal (FCT/CEECIND/04226/2022) integrada no Centro de Humanidades (CHAM) da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade dos Açores. Possui graduação e mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Realizou pós-doutorado no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) e na Fundação Casa de Rui Barbosa. Foi Marie Curie Fellow na Universidade de Lisboa. Co-organizou o livro *Intelectuais Mediadores* que recebeu o prêmio Sérgio Buarque de Holanda da Fundação Biblioteca Nacional em 2017.

Endereço para correspondência

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/ ICHS/Departamento de História BR-465, Km 07, Seropédica - RJ, CEP: 23890-000 / CHAM — Centro de Humanidades/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade Nova de Lisboa, Avenida de Berna, 26-C, 1069-061, Lisboa.

Financiamento

Este artigo contou com o apoio do CHAM (NOVA FCSH/UAc), por meio do projeto estratégico patrocinado pela FCT (UIDB/04666/2020).

Contribuição de autoria

Análise formal: OLIVEIRA, M. da Glória; HANSEN, Patrícia S.

Conceituação: OLIVEIRA, M. da Glória; HANSEN, Patrícia S.

Curadoria de dados: OLIVEIRA, M. da Glória; HANSEN, Patrícia S.

Escrita – Primeira Redação: OLIVEIRA, M. da Glória; HANSEN, Patrícia S.

Escrita – Revisão e Edição: OLIVEIRA, M. da Glória; HANSEN, Patrícia S.

Investigação: OLIVEIRA, M. da Glória; HANSEN, Patrícia S.

Conflito de interesse

Nenhum conflito de interesse foi declarado.

Aprovação no comitê de ética

Não se aplica.

Preprint

A apresentação não é um preprint.

Disponibilidade de dados de pesquisa e outros materiais

Não se aplica.



Editores responsáveis

Flávia Varella – Editora-chefe

Fabio Duarte Joly – Editor executivo

Direitos autorais

Copyright © 2023 Maria da Glória de Oliveira; Patricia Santos Hansen.

Licença

Esta apresentação é distribuída em Acesso Aberto sob os termos da [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

